



ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS

Sem delação, mas com muito a explicar

Apesar da liberdade provisória de Torres ser um alívio para bolsonaristas, situação jurídica do ex-secretário segue delicada

» HENRIQUE LESSA

Sem delação à vista, depois de 117 dias preso, o ex-secretário da Segurança Pública do Distrito Federal Anderson Torres deve muitas explicações à Justiça. Além da possível omissão nos ataques golpistas do 8 de janeiro, entre as questões que o ex-ministro bolsonarista deve responder estão as justificativas sobre a minuta golpista encontrada na casa dele, a motivação dos bloqueios nas estradas do Nordeste pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) no segundo turno das eleições e a participação em uma transmissão do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), em que atacou o sistema de voto eletrônico.

Apesar da liberdade provisória concedida pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), ser um alívio para bolsonaristas, a situação jurídica de Torres é complicada. Ainda sem contato com o ex-ministro da Justiça de Jair Bolsonaro (PL), a deputada Bia Kicis (PL-DF) saiu em defesa do aliado. Ela explicou ao **Correio** que a minuta encontrada na casa do ex-secretário não é um documento, não está assinada e, como não foi dado nenhum golpe, “não tem valor jurídico nenhum, só serve para alimentar narrativas”. A parlamentar também refutou a participação do ex-ministro em bloqueios nas estradas.

“Isso foi feito a vida inteira para evitar crime eleitoral, o transporte de eleitores é crime eleitoral. Foi isso que a PRF fez diante de, não sei, denúncias. A PRF faz blitz para evitar isso. Foi feito mais no Nordeste, porque talvez lá aconteça mais esse tipo de transporte clandestino”, apontou a deputada.

Quanto à live em que o ex-presidente questionava a credibilidade das urnas eletrônicas, Kicis ironizou, dizendo que a atividade legislativa dela também deve estar sendo considerada crime, já que ela é autora da proposta de voto impresso. A parlamentar confirmou que aconteceram, sim, omissões, mas por parte do governo federal, o que espera que seja revelado durante a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) sobre os atos antidemocráticos do 8 de janeiro.

Minervino Júnior/CB/DA Press



Com tornozeleira eletrônica, Anderson Torres é solto após quatro meses por decisão de Alexandre de Moraes de revogar prisão preventiva

Defesa

Após a prisão, em 14 de janeiro, Anderson Torres chegou a ter 12 advogados na sua defesa, incluindo o ex-senador Demóstenes Torres. Sem a divulgação do motivo, todos abandonaram o caso, ficando apenas o advogado de confiança da família Bolsonaro, Rodrigo Roca, conhecido por defender militares do Exército acusados de tortura durante a ditadura militar, ao acompanhar o general Nilton Cerqueira em audiências da Comissão Nacional da Verdade. Ganhou notoriedade nacional quando assumiu, em 2020, a defesa do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), após a saída de Frederick Wassef, nos processos sobre as “rachadinhas”.

Tida como contrário a delações, a saída da defesa de Torres, em 30 de março, criou rumores quanto à possibilidade de o ex-ministro procurar esse tipo de acordo para atenuar possíveis condenações. O advogado que assumiu a defesa, Eumar Novacki, foi secretário da Casa Civil na gestão Ibaneis Rocha (MDB). Após a soltura do ex-ministro esta semana, ele garantiu que “não existe possibilidade de delação premiada” por parte do cliente.

Segundo Kicis, a oposição não teme uma possível delação, “porque não há nada que ele possa delatar contra a gente”.

Outro aliado de Bolsonaro que estava sendo representado pelo advogado Rodrigo Roca é o ex-ajudante de ordens do

ex-presidente, coronel Mauro Cid. Preso nas investigações do caso envolvendo a adulteração dos registros de vacinação, ele perdeu a representação do advogado no início do mês, o que levantou rumores sobre uma possível delação do militar.

Uma das razões apontadas para a saída do defensor do caso teria sido a irritação da família do militar com uma entrevista do advogado para um canal de televisão, em que ele teria defendido mais Bolsonaro do que o próprio cliente, Mauro Cid.

Inquéritos

Com os atos golpistas do 8 de janeiro, o STF dividiu as investigações em oito inquéritos. Três

procedimentos apuram a participação de parlamentares na incitação dos ataques, outro apura os financiadores e aqueles que forneceram auxílio material, outro identifica os autores intelectuais e instigadores e, enquanto um identifica os executores que não foram presos em flagrante, outro procedimento autouou os presos em 8 e 9 de janeiro.

O último procedimento, o inquérito 4923, é o que apura a responsabilidade de autoridades por omissão. Nessa investigação, além do ex-secretário de Segurança Pública do DF, figuram o governador do DF, Ibaneis Rocha; o comandante da Polícia Militar à época, coronel Fábio Augusto Vieira; o número dois da Segurança Pública do DF

Reprodução



Minuta foi encontrada na casa de Torres em pasta do governo

Reprodução



Polícia escolta ex-ministro em aeroporto dos EUA rumo ao Brasil

Ed Alves/CB/DA Press



Casa do ex-secretário no Jardim Botânico, em Brasília

CPMI do 8/1 avança a passos lentos

» ÂNDREA MALCHER

Com a determinação do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), pela soltura do ex-secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, Anderson Torres, o Congresso deve apressar o começo dos trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que irá apurar os ataques aos Três Poderes no 8 de janeiro. Dividindo oposição e lunistas, a comissão ainda apresenta ritmo lento.

Na última quinta-feira, a Federação Brasil da Esperança (PT, PCdoB e PV) indicou seus representantes no colegiado. Os deputados Rubens Paiva (PT-MA), vice-líder do governo na Câmara, Rogério Correia (PT-MG), e Jandira Feghali (PCdoB-RJ) ocupam as cadeiras titulares, enquanto Arlindo Chinaglia (PT-SP), Carlos Veras (PT-PE) e Delegada Adriana Accorsi (PT-GO) foram escolhidos como suplente.

O PT já havia definido que, pelo Senado, Fabiano Contarato (PT-ES) e Rogério Carvalho (PT-SE) seriam os escolhidos para ocupar as vagas titulares, com Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e Augusta Brito (PT-CE) como suplentes.

Ao longo da semana, outros blocos partidários nomearam seus representantes. A federação PSol Rede indicou os deputados Erika Hilton (PSol-SP) como titular e Pastor Henrique Vieira (PSol-RJ) como suplente.

A oposição, por sua vez, se prepara com nomes de impacto junto aos bolsonaristas. No bloco Aliança (PP e Republicanos), os senadores Damara Alves (Republicanos-DF) e Espiridão Amin (PP-SC) serão titulares e Luiz Carlos Heinze (PP-RS) e Cleitinho Azevedo (Republicanos-MG), suplentes.

No bloco Vanguarda (PL e PTB), os senadores Eduardo Girão (Novo-CE) e Magno Malta (PL-ES) são os cotados para

estarem à frente dos trabalhos, com Flávio Bolsonaro (PL-RJ) e Jorge Seif (PL-SC) como suplentes. Em uma postagem do deputado André Fernandes (PL-CE) nas redes sociais, porém, ele disse que estarão presentes, ainda, Eduardo Bolsonaro (PL-SP) e Rogério Marinho (PL-RN).

O bloco Parlamentar Democracia (MDB, União Brasil, PDT, PSDB e Podemos) estuda, por enquanto, três nomes para ocupar suas duas cadeiras: Sérgio Moro (União-PR), Davi Alcolumbre (União-AP) e Soraya Thronicke (União-MS).

Sem prazo definido

O presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), não estipulou prazo para as lideranças indicarem os representantes, mas caso não apresentem os nomes até o início dos trabalhos da CPMI, ele será o responsável por apontar os faltantes para que as

32 cadeiras sejam preenchidas.

O nome mais cotado para presidir a comissão é o do deputado Arthur Maia (União-BA), após a desistência de André Fufuca (PP-MA). Já na relatoria, o senador Eduardo Braga (MDB-AM) é quem vem ganhando destaque para o posto.

Com o embate de narrativas da oposição sustentando a tese de “infiltrados” durante o quebra-quebra do 8 de janeiro, e da base aliada, de que a verdade aparecerá, o deputado André Fernandes usou o Twitter para pedir que apoiadores enviassem registros dos atos que possuem “ajudar as investigações na CPMI”.

“Tem algum vídeo, foto, documento ou depoimento que possa ajudar nas nossas investigações na CPMI do 8 de janeiro? (...) Conhece alguém preso injustamente? Abusos? Incoerências? Conivências? Pode mandar tudo para esse e-mail. Obs: essa é uma iniciativa minha, como futuro membro titular, para cooperar

Jefferson Rudy/Agência Senado



Pacheco criou comissão dos atos golpistas no último dia 26

com a comissão”, escreveu.

Apesar da lentidão em agilizar a CPMI, o impacto da soltura de Torres veio rápido entre parlamentares. Na quinta, durante uma audiência na Câmara que debatia a “institucionalidade da censura”, Torres foi homenageado com uma salva de palmas de deputados como Bia Kicis (PL-DF), Eduardo Bolsonaro (PL-SP), Marcel Van Hattem (Novo-RS) e Tenente Coronel Zucco (Republicanos-RS).

O deputado Rodrigo Valadares (União-SE) comentou que a prisão “não se sustentava em pé juridicamente, devido ao fato de o ex-ministro estar de férias nos Estados Unidos no dia 8 de janeiro”. O deputado André Janones (Avante-MG) foi sucinto em reação publicada no Twitter: “Tá livre de Xandão, mas vai ter que me enfrentar cara a cara na CPMI. Se eu for indicado, será o primeiro convocado para depor.”